



A CONJUNTURA DO DISCENTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19

Cíntia Marciel de Sousa¹
Ireneide Moreira de Araújo²
Luciana da Luz Santos³
Wescle Johnson Mota dos Santos⁴

RESUMO

Justifica-se que nesse contexto de aulas remotas, destaca-se a situação do discente com deficiência, que acaba ficando com grandes prejuízos no que se refere a educação. A presente pesquisa tem como propósito entender como está ocorrendo o processo de ensino para estudantes com deficiência intelectual no Ensino Médio Regular na modalidade de ensino remoto. Objetiva-se verificar as dificuldades no ensino de alunos com deficiência intelectual, com o propósito de identificar a realidade dos jovens para trazer a discussão sobre os desafios enfrentados por estes. Como fundamentação teórica, a Educação Inclusiva não se define na inserção de pessoas com deficiência no âmbito escolar, mas com o cenário pandêmico tiveram que se adaptarem-se a esta situação. Como metodologia, utilizou-se abordagem qualitativa e quantitativa, onde para coleta de dados aplicou-se a pesquisa bibliográfica, para obtenção dos resultados realizou-se a aplicação de um formulário para uma professora que é responsável pelo acompanhamento dos alunos com deficiência intelectual de determinada escola pública de Boa Viagem-CE. Como resultados, constatou-se que o ensino remoto e o isolamento social mudaram o cenário educacional, sobretudo, aos estudantes com deficiência intelectual que necessitam de interação social. Conclui-se que, diante de toda a problemática, esse público continuou desenvolvendo suas atividades e que a docente utilizou diferentes metodologias, a fim de atender as necessidades de cada discente.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual, Docente, Metodologia.

INTRODUÇÃO

A pandemia do Coronavírus (Covid-19) mudou o cenário educacional, impossibilitando as aulas presenciais, assim as escolas precisaram aderir ao ensino remoto, com intuito de continuar o processo de ensino e aprendizagem.

Diante disso, alunos e professores tiveram que modificar seus hábitos e adaptarem-se ao novo modelo de ensino que apresenta limitações, a se estabelecer como um sistema educacional eficaz, dessa forma evidenciou-se ainda mais as disparidades sociais brasileiras, já

¹ Licencianda em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, cintia.marciel.sousa07@aluno.ifce.edu.br;

² Licencianda em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, iraneide.moreira.araujo04@aluno.ifce.edu.br;

³ Licencianda em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, luciana.luz.santos61@aluno.ifce.edu.br;

⁴ Professor orientador - Mestrando em Química Plena pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, professorwescle@hotmail.com.



que para aderir esse modelo é necessário um equipamento como celular ou notebook com acesso à internet, e infelizmente há alunos que não possuem os meios para acessar as aulas. Com intuito de amenizar essa questão, nota-se que algumas escolas buscam outros meios para enviar as atividades nas residências dos alunos e/ou comunicados para que os pais possam receber o material na escola.

É importante que haja interação do sujeito no meio social para que ocorra o desenvolvimento e aprendizagem. Analisando o ensino remoto para alunos com deficiência percebe-se os desafios encontrados por pais e professores que precisam se unir para mediar as atividades, já que o aluno necessita do apoio familiar constantemente (VYGOTSKY, 1997).

A Educação Inclusiva não se define na inserção de pessoas com deficiência no âmbito escolar. É uma educação para todos os alunos, já que todas as pessoas são diferentes, assim, a inclusão resulta no reconhecimento das diferenças de cada ser humano e na construção de uma sociedade e escola para todos, respeitando as suas características.

A presente pesquisa tem como propósito entender como está ocorrendo o processo de ensino para estudantes com deficiência intelectual no ensino remoto. Justifica-se que nesse contexto de aulas remotas, destaca-se a situação do discente com deficiência, que acaba ficando com grandes prejuízos no que se refere a educação, socialização, dentre outros, pois o isolamento atrapalha muito o seu desenvolvimento.

Esse artigo é fruto do incentivo do PIBID⁵, onde com esse estímulo o programa constrói um vínculo entre o ensino superior por meio dos cursos de Licenciatura, a escola e os sistemas estaduais e municipais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2018), então orienta-se também que os pibidianos - assim são nomeados os alunos que fazem parte desse programa - produzam artigos e façam a submissão em eventos e é por meio deste programa que entra-se em contato com a instituição de ensino e também com a pessoa que respondeu o questionário para a obtenção dos resultados.

Objetiva-se com o presente estudo analisar as situações que surgiram na modalidade de ensino remoto destes alunos pertencentes ao Ensino Médio Regular que apresentam deficiência intelectual, com intuito de identificar a realidade desses jovens para trazer a discussão sobre os desafios enfrentados por estes, segundo o relato de uma professora que acompanha esses estudantes no período pandêmico e como a educação inclusiva pode contribuir no contexto atual.

⁵ Incentivo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).



Como metodologia, aplicou-se a abordagem qualitativa e quantitativa, já que foi realizada a coleta de dados mediante pesquisa bibliográfica no tocante ao assunto e obteve-se os resultados com a aplicação de um formulário.

Nos resultados e discussões, notou-se que os discentes apresentam alta participação nas aulas, realizando as atividades propostas e a escola dispõe de recursos e ferramentas necessárias para atender os estudantes com deficiência intelectual. Diante do contexto pandêmico, alguns discentes desenvolveram problemas de saúde, como ansiedade.

Conclui-se que o ensino remoto originou muitos desafios, no entanto, a instituição de ensino onde foi realizado o estudo conseguiu manter a participação dos discentes com deficiência intelectual, aplicando diferentes metodologias, conforme a necessidade de cada estudante. Assim percebe-se empenho por parte dos profissionais para que esse público continue inserido no processo de ensino e aprendizagem.

METODOLOGIA

A base metodológica usada é de natureza qualitativa e quantitativa, para coleta de dados adota-se a pesquisa bibliográfica, uma vez que a reflexão parte de materiais já publicados, como artigos, emprega-se um questionário com 13 perguntas subjetivas no Google Formulários para uma professora que está encarregada do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de determinada Escola de Ensino Médio com propósito de saber a situação dos alunos com deficiência intelectual no ensino remoto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Contexto pandêmico

Em 2020 deu-se início a pandemia do Covid 19, onde é um grande desafio sanitário deste século. Desse modo, é necessário seguir as orientações das autoridades sanitárias e da Organização Mundial de Saúde (OMS), a fim de amenizar os efeitos e não corroborar com a disseminação do vírus. Em decorrência disso, as instituições de ensino optaram pela modalidade de ensino remoto.

Podemos destacar algumas problemáticas que surgiram junto a essa modalidade de ensino, como o acesso à tecnologia necessária para acompanhar as aulas e atividades, pois em muitas residências têm-se somente um aparelho celular para ser compartilhado com mais de um discente, assim como não se tem um ambiente adequado e livre de ruídos que possam atrapalhar



o processo de aprendizagem. Mas é amplificada essa problemática quando se trata do ensino voltado para alunos que apresentam alguma deficiência.

O Ministério da Educação autorizou a modalidade remota para os estudantes portadores de deficiência, e também deve garantir as medidas de acessibilidade para atividades não presenciais. O Conselho Nacional de Educação recomenda que diante da situação vivenciada seja assegurada a manutenção do Atendimento Educacional Especializado, com preparação do plano de estudo individual e particular para o discente, a unidade educacional é encarregada de dispor mecanismos de acessibilidade e ferramentas de inclusão.

Em meio à pandemia existem obstáculos como a falta de preparação dos familiares ao auxiliar o aluno com deficiência, às vezes o estudante não tem apoio e incentivo, podendo retroceder as habilidades cognitivas desenvolvidas, a falta de recursos tecnológicos e as dificuldades com o acesso à internet. É evidente que em muitas situações a escola consegue suprir algumas dessas questões, como a necessidade de um ambiente adequado para o estudo, e por fim, o acesso a diversos meios para estudar.

Caracterização da deficiência intelectual

O termo deficiência intelectual, usado para referir-se a pessoa com alguma limitação cognitiva, surgiu no século XXI. Este termo vem sendo amplamente empregado nas reflexões e discussões políticas dos movimentos sociais que referenciam a pessoa com deficiência e defende os direitos em documentos legais de âmbito nacional, internacional e também no meio acadêmico-científico. A deficiência intelectual veio ampliar e substituir as conotações errôneas associadas aos transtornos mentais.

Para Almeida (2007), caracteriza-se deficiência intelectual ou atraso mental referente à quando o indivíduo apresenta limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como cuidado pessoal, comunicação e de relacionamento social. A pessoa com deficiência apresenta déficits cognitivos concomitantes ao funcionamento adaptativo, as limitações provocam atrasos no processo de aprendizado e desenvolvimento.

Para Garghetti, Medeiros e Nuernberg (2013), afirma que:

A deficiência intelectual (doravante DI) foi, historicamente, estigmatizada pela sociedade, a qual via os indivíduos que sofriam com essa condição como incapazes de serem educados ou de viverem de forma autônoma (GARGHETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013).

Corroborando com esses pressupostos, Pletsch (2010) aponta que:

Diante desse contexto, o ensino de pessoas com DI sempre foi um desafio aos educadores, uma vez que as escolas apresentam dificuldade para adotar práticas

curriculares que trabalhem a complexidade inerente ao processo de inclusão escolar de estudantes com limitações cognitivas. (PLETSCH, 2010).

Apesar da inclusão ter ganhado força desde a década de 90, o cenário de exclusão das pessoas com DI ainda persiste. A pandemia do novo coronavírus escancarou as desigualdades sociais, uma delas é a falha no sistema de inclusão educacional dos alunos com deficiência intelectual, que na modalidade remota agravou-se ainda mais.

O contexto dos alunos com DI em turmas regulares de Ensino Médio traz uma série de desafios no ambiente de ensino e provoca uma reflexão e um momento de revisão das práticas pedagógicas convencionais e conservadoras que são ofertadas.

O educando com deficiência intelectual, na maioria das vezes, apresenta dificuldades para compreender ideias abstratas, resolver problemas, a noção de tempo e os valores, estabelecer relações sociais, entender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas. Dessa forma, é necessário cada vez mais incluir o aluno com DI no ambiente remoto, para aplicar práticas pedagógicas que atendam às necessidades e particularidade de cada uma dessas pessoas, a fim de promover o processo de ensino e aprendizagem e amenizar os efeitos proporcionados pela pandemia.

O discente com deficiência intelectual no contexto pandêmico

A pandemia da COVID-19 mudou o cenário trazendo mudanças e evidenciado novos desafios para a comunidade escolar e educandos, estabelecendo a garantia de um ensino de qualidade por meio das tecnologias digitais. A questão que circunda é saber se as pessoas com DI estão tendo acessibilidade, inclusão durante a pandemia e acesso aos recursos tecnológicos, a lei brasileira de inclusão da pessoa com DI assegura a garantia do direito à educação art. 27.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, s/p).

Diante dos desafios, as relações inclusivas dos alunos com deficiência devem ser nas aulas online, nas atividades pedagógicas e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), associado ao ambiente propício à aprendizagem. O estudante com deficiência intelectual enfrenta barreiras e obstáculos na sala de aula, e também no ensino a distância. Na modalidade remota requer mais a participação ativa da família juntamente com as instituições de ensino para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem.

A problemática da ausência de conectividade que muitos alunos enfrentam, são empecilhos para as instituições de ensino manter relações inclusivas. O discente precisa dispor



do acesso à internet e aos dispositivos digitais para acompanhar as aulas e os conteúdos das disciplinas. Apesar do desenvolvimento e expansão das tecnologias da informação e comunicação percebe-se ainda que poucos têm acesso à internet e as suas tecnologias, ocasionando desigualdades na medida em que apenas alguns são beneficiados e outros ficam distanciados do progresso (FELIZOLA, 2011).

Durante a pandemia, jovens com deficiência intelectual que apresentavam progressos consideráveis no que diz respeito à autoconfiança e autonomia retrocederam em virtude da falta desses profissionais, eles atuavam de forma especializada e definiam uma rotina para o bom desempenho do estudante, mas devido à suspensão das aulas presenciais impossibilitou a atuação. É importante o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a fim de suprir algumas destas questões.

Para minimizar os efeitos negativos que o ensino remoto trouxe para os alunos, faz-se necessário realizar um estudo contextual para conhecer a realidade em que o discente está inserido, no que diz respeito às suas necessidades, interesses, bem como condições e restrições tecnológicas (CLEMENTINO, 2015). Tal ação contribuirá para compreender a realidade, inovar e descobrir novas vivências e práticas pedagógicas, com o intuito de dar o suporte aos estudantes com deficiência para enfrentamento da situação atual.

Educação Inclusiva

Em 1988 um grupo de pessoas no Frontier College, criou o termo “educação inclusiva”, que recusa a exclusão e estimula a educação para todos. A inclusão é a capacidade de compreender e aceitar as diversidades existentes na sociedade e a busca por equidade. O termo é a designação de colocar alunos com deficiência nas escolas regulares e fornecer uma educação de qualidade, que atende as necessidades e particularidades destes estudantes.

A educação inclusiva busca uma educação para todos, é ser e estar incluído na sala de aula regular ou na modalidade remota possibilitando ao educando, com deficiência intelectual e aos demais, a vivência da diversidade, também é visto como uma forma de troca de aprendizagem para todos.

O objetivo da inclusão é integrar os alunos com DI em escolas regulares, com a visão que cada um ser humano tem suas particularidades, as quais devem ser compreendidas e respeitadas, baseando-se na abordagem humanística.

É um direito garantido pela Constituição, Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, e também pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI). No contexto atual da



pandemia, é assegurado no parecer nº. 5/2020 do CNE (Conselho Nacional de Educação) garantindo a continuidade a esse direito, a fim de estabelecer a qualidade e equidade no ensino.

Em tempos de pandemia, a educação inclusiva destaca-se por ser um grande desafio. É necessário que a comunidade escolar oportunize ações inclusivas de acesso para diminuir as barreiras que estão impedindo a participação dos estudantes nas aulas remotas. É importante que as instituições de ensino cada vez mais acolham e escutem os alunos e suas famílias, para entender as suas necessidades, priorizar a conexão, o bem-estar de cada um e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nas aulas online, buscar a implementação da ludicidade, da estimulação e acolhimento dos estudantes. Esses recursos facilitam o rompimento das barreiras e tornam o ensino mais atrativo e dinâmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na determinada Escola de Ensino Médio, na qual realizou-se a pesquisa, contém 88 alunos com deficiência mental, incluindo discentes da sede e das extensões, dos quais 18 estudantes estão sob acompanhamento de determinada professora no AEE. O termo usado “deficiência mental”, está de acordo com o SIGE (Sistema Integrado de Gestão Escolar), onde os dados da escola usam essa nomenclatura. Salientando que no SIGE tem a nomenclatura “deficiência mental”, mas atualmente não é mais usado este termo.

Por meio do formulário constou-se que a professora tem a formação em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Inglesa; Pós-graduação em Língua Portuguesa/Literatura e Psicopedagogia, e atua nas turmas do 1º ano e 3º ano do Ensino Médio e AEE (Atendimento Educacional Especializado) nas três séries. Relatou que a maioria dos alunos possuem celular e tablet, poucos possuem notebook, e os alunos do 1º ano receberam tablet pelo Governo do Estado e, posteriormente, os demais alunos do 2º e 3º ano receberam também. Na modalidade de ensino remoto comentou ter notado que alguns discentes manifestaram transtornos como ansiedade, as atividades são desenvolvidas pelo tablet e alguns recebem a atividade impressa, isso se dá por conta que alguns não acompanhavam as atividades da sala regular por isso que são impressas e entregues em casa.

Citou também outras abordagens como videochamadas, ligações, visitas domiciliares, atividades impressas, aulas pelo Google Meet, a professora avaliou a participação dos discentes de uma escala de um a cinco, deu a nota 4, pode-se avaliar como alta. Afirmou que os pais participam do processo de ensino e aprendizagem no ensino remoto mesmo que eles também apresentem suas dificuldades, pois alguns não são alfabetizados. É disponibilizado o AEE,



mesmo com as barreiras busca atendê-los, reiterou que é disponibilizado um plano de estudo individual para aluno, chamado de Plano de Execução Curricular (PEC).

Informou que a escola provê recursos e ferramentas, como uma sala com alguns instrumentos que são necessários (computadores, cadeira de rodas e andador), dispõe também de videochamadas, atividades adaptadas, jogos educativos de vários níveis, onde já confeccionou alguns jogos e atividades adaptadas.

“Educação Inclusiva é vocação, missão, amor. Enquanto não aprendermos a olhar o outro com empatia e respeito não evoluiremos. E sou muito feliz em trabalhar com esse público. Temos uma equipe com Coordenadora Pedagógica e dois cuidadores além de mim. Certamente nossos alunos com deficiência fazem muito mais por mim do que eu por eles. Aprendi a amar essa área da Educação.” (Professora do AEE)

É inspirador esse relato da professora, que mesmo nesse período e as barreiras que surgem, como a falta de recursos financeiros e aparelhos no ensino público, encontra-se docentes que buscam por uma abordagem metodológica alternativa para minimizar essa problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o contexto pandêmico que estamos vivendo e o ensino remoto é desafiador, já que mudou a forma de ensinar e estudar, aumentando drasticamente as desigualdades sociais, pois os alunos com poucas condições financeiras são os mais afetados nesse ensino. Ademais, o isolamento social dificultou a relação dos alunos com deficiência intelectual, já que estes são os que mais precisam de interação social para o seu desenvolvimento.

Diante de toda a problemática, percebe-se que na escola onde realizou-se a pesquisa, tem-se a preocupação com o aluno que tem deficiência intelectual, utilizando os instrumentos necessários a fim de manter a participação desse público e adotando metodologia de acordo com a necessidade de cada um. Assim, nota-se que mesmo com as dificuldades do ensino remoto, há preocupação para que esses alunos desenvolvam as atividades, seja impressa ou digital. Outrossim, a docente que acompanha o AEE é devidamente qualificada, utiliza diferentes metodologias e, sobretudo, gosta de atuar com esse público, e ainda conta com o apoio de equipe com coordenadora pedagógica e dois cuidadores. Diante do que foi exposto, considera-se que os objetivos deste estudo foram alcançados.

AGRADECIMENTOS



Primeiramente a Deus pelo dom da vida, as nossas famílias que nos auxilia diariamente na nossa caminhada e ao nosso Orientador Wesclle Johnson Mota dos Santos pelo suporte que nos foi dado, pelas as suas correções e incentivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. R. **O que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo?** 2007. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_06-1.pdf&ved=2ahUKEwia37O3r_rxAhVxq5UCHQaxBD0QFjAMegQIJRAC&usg=AOvVaw1cP-TXfVRQ3ZB9RSyjExVc. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 24 jul. 2021.

CURY, C. de *et al.* **O Aluno com Deficiência e a Pandemia**. Disponível em:

<https://www.issup.net/files/202007/O%20aluno%20com%20defici%C3%Aancia%20na%20pandemia%20-%20I.pdf>. Acesso em: 22 jul.2021.

CLEMENTINO, A. **Planejamento Pedagógico para Cursos EAD**. São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2015, p. 151-190. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/download/4370/3825/17673&ved=2ahUKEwjG4ZLEwPvxAhWmqJUCHXLeDDAQFjABegQIBBAC&usg=AOvVaw2no4wcONJ_xr1DbnE7SEIA. Acesso em: 24 jul. 2021.

FELIZOLA, P. A. M. **O direito à comunicação como princípio fundamental: internet e participação no contexto da sociedade em rede e políticas públicas de acesso à internet no Brasil**. Revista de Direito, Estado e Telecomunicações, v. 3, n. 1, p. 205-280, 2011. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://editorarealize.com.br/editoed/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA_ID5382_03092020142029.pdf&ved=2ahUKEwiC1Ofw0pf0AhWZrpUCHesiCtAQFnoECBAQAQ&usg=AOvVaw3RVhlB6Vt8mmUM3I9tfY6N. Acesso em: 24 jul. 2021.

FREITAS, L. J. **Desafios em tempos de distanciamento social para alunos com deficiência: Acessibilidade e aprendizagem**. Anais VII CONEDU - Edição Online...

Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68297>. Acesso em: 22 jul. 2021.

GARGHETTI, F. C.; MEDEIROS, J. G.; NUERNBERG, A. H. **Breve história da deficiência intelectual**. Revista Electrónica de Investigación y Docencia, v. 10, n. 1, p. 101-116, jul. 2013. Disponível em:

<https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/994>. Acesso em: 24 jul. 2021.



VIII ENALIC

EDIÇÃO DIGITAL

VIII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS

VII SEMINÁRIO DO PIBID

II SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

7 A 11 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2526-3234

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **PIBID - Apresentação**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid>. Acesso em: 24 jul. 2021.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: Nau. 2010. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/download/4370/3825/17673&ved=2ahUKEwjNhaPQk_3xAhX0rJUCHcpKAUIQFjABegQIBhAC&usg=AOvVaw2no4wcONJ_xr1DbnE7SEIA. Acesso em: 24 jul. 2021.

SOUSA, A. S. O.; NASCIMENTO, R. M.; FALCÃO, G. M. B. **A educação dos estudantes com deficiência em tempos de pandemia de covid-19: A invisibilidade dos invisíveis**. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21070>. Acesso em: 22 jul. 2021.